

Superávit de Cr\$ 1 trilhão

por Cláudia Saftle
de Brasília

O governo espera produzir neste mês um superávit excepcional de caixa do Tesouro Nacional. O último cálculo fechado sexta-feira já indicava uma cifra próxima a Cr\$ 1 trilhão — que funcionará como o principal instrumento para provocar uma queda de 2% na emissão de moeda (base monetária).

Chegar a esse superávit não será tão difícil, já que praticamente todas as empresas e bancos preferiram pagar o Imposto de Renda (IR) no primeiro trimestre, mesmo buscando recursos a juros altos no mercado, porque a correção monetária que incide sobre o parcelamento do IR não pode ser abatida do tributo, enquanto os juros pagos ao sistema financeiro podem ser deduzidos na declaração do ano seguinte.

Esse movimento de antecipação gerou apenas em janeiro uma arrecadação de Cr\$ 900 bilhões, equivalente a 60% do total da receita do IR pessoas jurídicas no mês passado, de Cr\$ 1,5 trilhão. Desses Cr\$ 900 bilhões, Cr\$ 300 bilhões foram arrecadados pelo Banco do Brasil, com depósito imediato na conta do Tesouro. Os Cr\$ 600 bilhões restantes, entretanto, foram recolhidos pela rede arrecadadora privada entre os dias 21 e 31 do mês passado e só serão recolhidos ao Tesouro no mês seguinte, resultando, assim, num "carry over" para fevereiro.

O superávit de caixa do Tesouro, que também será excepcional em março, como acredita o secretário geral do Ministério da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, será a principal peça para o cumprimento das metas de política mo-

Economia... Bolívar



Mailson Ferreira da Nóbrega

netária para o primeiro trimestre. E este foi o argumento utilizado por ele no contato que manteve na sexta-feira com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), para garantir que o governo brasileiro manterá o compromisso com o FMI de produzir uma expansão de 2% na base monetária e uma queda de 3,8% nos meios de pagamento.

Segundo Nóbrega, entretanto, a antecipação do IR apenas inverteu o comportamento de ingresso de recursos no Tesouro Nacional, que era mais acentuado no final do ano e mais escasso nos primeiros meses. Isso significa, portanto, que o governo continua trabalhando com uma transferência de Cr\$ 5,8 trilhões do orçamento fiscal para o orçamento monetário. Terá, ainda, de acionar outros

instrumentos de contenção monetária, como as operações de "open market", tão logo se encerre a antecipação do pagamento do IR.

Ainda na sexta-feira, o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, admitiu que o governo está renegociando com o FMI a hipótese de trabalho que considera uma inflação de 75% neste ano. "Estamos discutindo o curso da inflação, que não é um compromisso, mas que influi em todos os números do crédito interno líquido, do déficit público nominal e do crédito público." Nesta segunda-feira, entretanto, é que o comando econômico do governo entrará "na substância do problema".

Um assunto amplamente discutido na sexta-feira foi o da cota de contribuição do café, que, ao ser cobrada no fechamento de câmbio, é considerada pelo FMI uma restrição cambial. O governo ainda não tem uma saída para resolver esse problema sem afetar as cotações e os mercados internacionais.